

Reforma administrativa vai atingir apenas os servidores do Executivo

A reforma administrativa que o governo pretende enviar ao Congresso em fevereiro, conforme prometido pelo presidente Jair Bolsonaro, deve se ater apenas aos servidores do Executivo. Integrantes dos demais poderes, como juízes, integrantes do Ministério Público e parlamentares, não entrarão nas mudanças, de acordo com um dos integrantes da força-tarefa criada no Ministério da Economia para tratar do tema.

A pasta, responsável pelos ajustes da proposta, entende que a decisão de acabar, por exemplo, com os supersalários e benefícios excessivos de algumas funções, caberá aos poderes envolvidos. Ao Executivo, fica a missão de tentar reajustar as carreiras de servidores que compreendem a União — estados e municípios podem ser incluídos — para desenvolver um modelo mais eficiente de serviço público.

Sem mexer em estabilidade, salários e funções atuais, a reforma não tem como prioridade reduzir despesas. “O mais importante é melhorar a prestação de serviço”, explicou o integrante da força-tarefa ouvido pelo Correio. A princípio, nenhum cargo será cortado, nem os mais incomuns, como operador de videocassete e datilógrafo. “Eles continuarão existindo, mas uma nova solução de pessoal vai ser mais condizente com as necessidades de 2020”, acrescentou.

Durante café da manhã com jornalistas, o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, antecipou que a matéria será enviada ao Congresso em doses homeopáticas. Primeiro, o governo vai encaminhar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com os principais pontos da reestruturação de carreiras da administração federal. Depois, virão os projetos de lei e decretos para complementar medidas e reestruturações de carreiras e de salários, por exemplo.

Uebel reforçou alguns pontos que não devem ser mudados para os atuais servidores. “A proposta não vai mexer com a estabilidade. Não vai haver mudança nos salários e não vai haver desligamento.”

De acordo com o secretário especial adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Gleisson Rubin, por questões legais, essa reforma será feita em etapas, ao contrário do que aconteceu com a reforma da Previdência. “A reforma administrativa será diferente da previdenciária, porque há matérias constitucionais e infraconstitucionais. E, por conta disso, o projeto vai ter que olhar para todo o ordenamento legal da administração pública”, explicou.

Incompleta

Na avaliação do especialista em contas públicas e secretário-geral da Contas Abertas, Gil Castello Branco, uma reforma administrativa apenas no Executivo não será eficiente e não atingirá o objetivo esperado, que é cortar a segunda maior despesa obrigatória. “Uma reforma precisa atingir os três poderes. Não tem como imaginar que ela só tenha o objetivo de melhorar o serviço. Pessoal é o segundo maior gasto entre as despesas da União e é preciso corrigir distorções, pois o salário do funcionalismo é muito maior do que a média do setor privado”, destacou. “Os servidores do Legislativo e do Judiciário são os que recebem as maiores remunerações e os penduricalhos mais custosos para os cofres públicos.”

Castello Branco lembrou que os gastos do Brasil com pessoal são muito maiores do que os de outros países. “Conforme dados do Banco Mundial, a diferença entre os salários do setor público federal e do privado fica 21% acima da média internacional.”

Segundo Uebel, o gasto com o funcionalismo no Brasil gira em torno de 13,6% do Produto Interno Bruto (PIB), percentual acima dos registrados por países desenvolvidos, como Estados Unidos e França, que ficam abaixo de 10%. “Em relação à reforma administrativa, aprimorar a gestão é, sem dúvida, um objetivo importante, mas não há como ignorar o componente fiscal, principalmente, quando o rombo previsto nas contas públicas para este ano é de R\$ 124,1 bilhões”, reforçou.

Na avaliação de Castello Branco, se o governo não enviar uma ampla proposta de reforma, mostrará que está com receio de manifestações dos servidores. “O funcionalismo é uma classe unida e tem pressão grande em

ano eleitoral. E os parlamentares também têm interesses nas eleições deste ano, pois muitos deverão ser candidatos”, frisou.

Modelo

Inspirado nos militares e nos magistrados, um ponto do projeto, ainda em avaliação, proíbe que integrantes de determinadas carreiras sejam filiados ou atuem em temas político-partidários. “Serão, basicamente, as carreiras de Estado. A questão foi levantada pelos servidores ao tratarmos de mudanças na estabilidade”, contou outro integrante da equipe que rascunha a reforma. “Alguns ficaram preocupados que avaliações de desempenho fossem prejudicadas pelo viés político.”

Mesmo com o período eleitoral, o governo espera aprovar a reforma administrativa até dezembro. Um dos motivos para a pressa é aproveitar a “janela” de aposentadorias dos servidores públicos nos próximos anos. Estudo do Ministério da Economia prevê que 21% do funcionalismo vai parar de trabalhar até 2024. Esse total sobe para 42% em 2030 e 61%, em 2039. “Com tanta gente saindo, os que entrarem terão regras novas, o salário não vai ser completo logo nos primeiros anos, e as provas de desempenho vão trazer gente mais qualificada”, ressaltou uma técnica da Esplanada dos Ministérios.

R\$ 318,8 bilhões: Valor gasto pela União, de janeiro a novembro de 2019, com pessoal e encargos sociais. Foi a segunda maior despesa primária no período, atrás somente dos custos com benefícios previdenciários, de R\$ 629,3 bilhões.

»» Agenda reformista

Veja as diferenças entre as reformas administrativa e previdenciária

Administrativa	Previdenciária
Será fatiada em ao menos três etapas: proposta de emenda à Constituição (PEC), projeto de lei complementar (PLC) e projeto de lei (PL)	Aprovada como proposta de emenda à Constituição (PEC) no plenário da Câmara e do Senado, em dois turnos em cada Casa
Tem seu foco mais na agilidade do serviço público, com a modernização de carreiras e do sistema, do que na redução de gastos	Foi criada para amenizar o rombo fiscal do país, às vésperas de um colapso no sistema previdenciário brasileiro, que gasta muito mais que arrecada
Não será implementada imediatamente após aprovação no Congresso. Precisa ser tratada pelo governo como uma medida de gestão contínua	Passou a valer logo quando a emenda à Constituição foi aprovada
Deve atingir, inicialmente, servidores das três esferas do poder público (federal, estadual e municipal)	As novas regras do INSS atingiram trabalhadores da iniciativa privada e os servidores federais. As esferas estaduais e municipais acabaram contempladas na PEC paralela, ainda em tramitação
Será implementada apenas para novos integrantes da administração pública	Alcançou todos os brasileiros que ainda não tinham os requisitos para se aposentar

Redução no número de carreiras

O governo pretende fazer, ainda no primeiro semestre, uma nova revisão na estrutura da administração pública, reduzindo o número de carreiras e de cargos considerados obsoletos. Em 2019, de acordo com o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Paulo Uebel, 40 mil postos considerados obsoletos foram extintos. A meta é reduzir mais cargos neste ano. O levantamento dessas funções obsoletas está sendo feito junto aos órgãos, e a ideia é chegar a um resultado ainda neste primeiro semestre.

Durante café da manhã com jornalistas, ontem, Uebel citou várias medidas de informatização de serviços que estão sendo conduzidas pela pasta e reforçou o interesse em reestruturar as carreiras, reduzindo o número delas e aumentando os prazos para que o servidor concursado atinja o topo do cargo. Ao ser questionado sobre a possibilidade de realização de novos concursos ou de novos reajustes para servidores neste ano, ele parafraseou o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues: disse que “não há espaço no Orçamento”. “Toda decisão para pensar em aumento do quadro precisará ser analisada no campo e no espaço. Um concurso prevê uma despesa com um funcionário por 60 a 80 anos”, ponderou. Diferentemente do setor privado, em que os aposentados saem da folha de pagamento, o funcionário público continua a ser mantido pelo órgão em que trabalhava, com aposentadoria e até com os pensionistas.

Ao fazer um balanço das ações em 2019, o secretário citou dados da transformação digital do governo e a extinção de 21 mil cargos e funções comissionadas, que resultaram em uma economia de R\$ 194 milhões por ano. Segundo ele, o Executivo estuda, com a reforma administrativa, novas regras para a contratação de funcionários temporários, sem a necessidade de realização de concursos para casos urgentes, como o do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). "O ideal seria fazer uma contratação temporária. O problema é que existem restrições legais para isso", lamentou.

De acordo com o secretário, a pasta realizou a revisão de 3,7 mil atos normativos, sendo que 3,3 mil deles foram revogados ou extintos em 2019, e, neste ano, a meta é revisar outros 10 mil, com previsão de extinguir 82% desse montante. Uebel destacou também que o acordo cooperativo com grandes empresas de tecnologia da informação gerou uma economia média de 25% nos gastos com contratos, antes individuais de cada órgão, e, para 2020, a expectativa é ampliar o número de parcerias, reduzindo R\$ 112 milhões dos R\$ 450 milhões previstos apenas com licenciamento de softwares.

Gleisson Rubin, secretário especial adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, lembrou que o TaxiGov (leia Saiba mais) será ampliado neste ano para outros estados, como Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Norte. Atualmente, a ferramenta é utilizada em 56 órgãos federais, incluindo a Secretaria de Economia do Distrito Federal (GDF). No Rio de Janeiro e em São Paulo, o uso proporcionou economia com serviços de transporte de 48% e de 60%, respectivamente.

Governo tem plano de militarização do Estado, avalia especialista

A proposta de reforma administrativa que o governo ensaia entregar ao Congresso Nacional no próximo mês deve ir além da PEC anunciada. A decisão do presidente Jair Bolsonaro de convocar 7 mil militares da reserva para desafogar o atendimento represado do INSS é pista para um plano mais amplo de reforma, que substitui o recurso humano civil pelo militar. A avaliação é do advogado e doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília Rodrigo Lentz.

"Há um plano de uma reforma do Estado que envolve seu enxugamento com a diminuição de número de servidores. A grande reforma é substituir o recurso humano civil pelo militar", comenta. Desde que assumiu o cargo de ministro da Economia, Paulo Guedes vetou possibilidade de realização de concursos públicos mesmo ciente de que metade do servidores federais vai se aposentar nos próximos anos. Mais de 300 mil postos de trabalho ficarão vazios.

Lentz avalia que a militarização do INSS pode resolver momentaneamente o problema urgente de atendimento que configura violação do direito à aposentadoria, entretanto, a médio e longo prazo, a decisão é negativa. "É uma medida paliativa, não dá solução estrutural e disponibiliza para a população servidores que não tem formação civil para atuar nas atividades, além de desviar a função dos militares, que deveriam trabalhar para resolver outras urgências, como a segurança nacional das fronteiras e o tráfico de drogas", aponta. Para o advogado, a convocação do governo desvia a função dos reservistas para fins ideológicos e partidários.

A Condsef/Fenadsef alerta para o caos social que o futuro reserva aos brasileiros com a política de enxugamento do Estado posta em prática desde a gestão de Michel Temer, intensificada no governo Bolsonaro. O represamento de processos no INSS é exemplo de uma realidade que pode se agravar se a força de trabalho civil, selecionada mediante concursos democráticos, não for reposta. Até o momento, a grande preocupação da categoria dos servidores públicos, com relação à proposta de reforma administrativa, era o fim da estabilidade, a contratação de empregados temporários e a redução da jornada de trabalho. Após a convocação militar, preocupa também o aparelhamento do Estado pelas Forças Armadas.

Treinamentos aos militares

Rodrigo Lentz destaca que existem 160 mil militares na reserva, à disposição do Estado. "[Esses militares] não trabalham, mas não estão aposentados. Continuam sendo remunerados e recebem adicional por disponibilidade às Forças Armadas", comenta o advogado. Com a convocação, eles recebem ainda adicional salarial de 30%, o que resulta em gasto mensal de R\$ 14,5 milhões aos cofres públicos, cerca de R\$ 2 mil para cada reservista.

Em entrevista à Condsef/Fenadsef, o ex-ministro da Previdência Ricardo Berzoini criticou a decisão do governo, alegando que os reservistas não tem conhecimento sobre o trabalho especializado do INSS. Entretanto, o advogado Rodrigo Lentz explica que os militares já estão se preparando para isso. "A Escola Superior de Guerra abriu sua sede em Brasília e está hospedada na Escola Nacional de Administração Pública. Ao que tudo indica, esse local servirá para formação de militares da reserva para desempenhar funções estratégicas que o governo quer usar nos próximos anos", avalia.

Continência

A onda de militarização das instituições públicas preocupa o Secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva. "Primeiro militarizaram as escolas, pregando a ideologia do silêncio e da obediência desde as primeiras bases educacionais. Depois nomearam três mil militares a cargos de alto escalão no governo. Agora convocam 7 mil reservistas para realizar um trabalho que eles não conhecem. Isso sem contar que a categoria do presidente se livrou da reforma da Previdência absurda que foi aprovada e ainda ganhou reajustes de benefícios que aumentam em até 70% as remunerações militares", critica Silva.

"Enquanto isso, os servidores públicos estão com salários congelados há três anos e são culpados por essa suposta crise econômica que assola todos os brasileiros, menos os militares", argumenta Sérgio Ronaldo. Nesta quinta-feira, 16, centrais sindicais se reuniram para mobilizar atividades em defesa dos serviços públicos. Além do indicativo de Greve Geral em 18 de março, está agendada ação no Congresso Nacional no próximo 12 de fevereiro, quando o parlamento retorna do recesso legislativo.

Já está definido calendário de mobilização contra o desmonte do serviço público

Durante plenária, realizada na última sexta-feira, a CUT Brasília definiu o calendário de ações em defesa do serviço público. Conforme a programação, entidades sindicais locais e federais, que representam o funcionalismo público, vão realizar atividades já a partir do dia 24, sexta-feira, Dia do Aposentado.

"Esse processo de desmonte só tem um objetivo, é fragilizar o estado brasileiro, empobrecer mais ainda a nossa população, precarizar o atendimento público ao nosso povo, sobretudo a parcela mais empobrecida da população e entregar para a iniciativa privada e para as instituições internacionais", diz Cléber Soares, diretor do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF).

É importante lembrar que o processo de sucateamento do serviço público não é algo novo para os servidores públicos. Nos anos 1990, o funcionalismo vivia este mesmo cenário. Portanto, o Sindsep-MG reafirma a necessidade dos empregados e servidores públicos no empenho em participar das ações de mobilização nas ruas e no Congresso Nacional a fim de evitar o desmanche de serviços essenciais à sociedade, como saúde e educação, sobretudo para a população mais carente.

Calendário de Atividades

21/01 – Plenária Sindicatos Cutistas, das 9h às 11h30, na nova Sede da CUT Minas (Rua Pedro de Carvalho Mendes, 70 - Colégio Batista, BH).

24/01 – Ato em Defesa dos Servidores Públicos e dos Direitos dos Trabalhadores Aposentados, das 9h30 às 11h30, no Espaço do Servidor – Esplanada dos Ministérios (entre o bloco C e D), Brasília.



ESPERANZA
TOUR E EVENTOS
APRESENTA

Uma deliciosa viagem de trem, onde vamos conhecer a história, a beleza e os mistérios do Santuário do Caraça/MG, além de sua beleza natural em uma agradável caminhada à cachoeira.

Não perca essa oportunidade... Uma viagem para todos as idades, onde desfrutaremos de novas experiências, amizades e boas energias.

R\$ 250,00
2x no cheque até o dia
10 de fevereiro

Incluso: Transporte de ida e volta em ônibus de turismo, bilhete para o trem na classe econômica, entrada no Caraça, almoço, e acompanhamento feito por um guia credenciado Embaturar.
O pacote não inclui: + Bebidas e despesas de caráter pessoal.

Obs.: O valor acima foi calculado para um mínimo de 20 passageiros por ônibus. Caso o número seja inferior a 20, haverá acréscimo no preço do pacote, variando de acordo com o número de participantes.

Excursão de Trem ao Caraça com Cachoeira.
04 ABRIL

VAGAS LIMITADAS à disponibilidade de passagens do trem
Pagamentos até 18 de março

Contato:
Marco Haddad 31 9 9108-7063 (VIVO)   /esperanzatoureventos  /esperanzatoureventos